



Revista
Técnico-Científica



REFLEXÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO NO NORDESTE BRASILEIRO: DINÂMICAS E IMPACTOS CONTEMPORÂNEOS

Vinicius valdir dos santos¹

¹Doutorando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeoMCR da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Endereço para correspondência: Rua Paraíba, 1611. Ap 11. Marechal Cândido Rondon-PRBrasil, Cep: 85960126. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0875-386X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4180569412305231>. E-mail: vinicius_vinix5@hotmail.com.

RESUMO: O artigo analisa as dinâmicas do agronegócio no Nordeste brasileiro, região que concentra 18% do PIB agrícola nacional, mas mantém altos índices de desigualdade. Mediante revisão bibliográfica e dados oficiais, examina cinco eixos: assimetrias do desenvolvimento, reconfiguração espacial, conflitos socioambientais, alternativas emergentes e impactos ambientais. Os resultados revelam uma modernização conservadora, com crescimento econômico concentrado em enclaves (como o Matopiba e o Vale do São Francisco), enquanto comunidades tradicionais enfrentam grilagem e escassez hídrica. A expansão da soja e da fruticultura irrigada gerou infraestruturas logísticas (Porto de Pecém/Suape), mas aprofundou a degradação da Caatinga e dos cerrados. Alternativas como a agroecologia demonstram potencial para conciliar produção e sustentabilidade, porém carecem de escala. Conclui-se que o modelo atual é insustentável, exigindo políticas que integrem inclusão social, gestão territorial e preservação ambiental.

Palavras-chave: Agronegócio, Nordeste brasileiro, Desigualdade socioespacial.

THE BRAZILIAN NORTHEAST: REFLECTIONS ON CONTEMPORARY DYNAMICS OF AGRIBUSINESS

ABSTRACT: This article examines the dynamics of agribusiness in Northeast Brazil, a region that accounts for 18% of the national agricultural GDP, but suffers from persistent inequalities. Through bibliographic review and official data, it analyzes five dimensions: development asymmetries, spatial reconfiguration, socio-environmental conflicts, emerging alternatives, and environmental impacts. Results reveal a conservative modernization, with economic growth concentrated in enclaves (e.g.,

Matopiba and São Francisco Valley), while traditional communities face land grabbing and water scarcity. The expansion of soy and irrigated fruit farming has driven logistical hubs (Pecém/Suape ports) but exacerbated degradation in the Caatinga and cerrado biomes. Alternatives like agroecology show potential to balance production and sustainability but lack scalability. The study concludes that the current model is unsustainable, requiring policies that integrate social inclusion, territorial management, and environmental preservation.

Keywords: Agribusiness, Brazilian Northeast, Socio-spatial inequality.

INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro, historicamente marcado por desigualdades socioespaciais e processos de desenvolvimento assimétricos (SANTOS & SILVEIRA, 2001), tem sido palco de profundas transformações decorrentes da expansão do agronegócio. Essa dinâmica, analisada por Milton Santos (1996) como parte da "mundialização do espaço", reconfigura territórios tradicionais, gerando contradições entre modernização produtiva e persistência de exclusão social (OLIVEIRA, 1993). A região, que concentra 18% do PIB agrícola nacional (IBGE, 2022), exemplifica os dilemas do desenvolvimento brasileiro: enquanto avança na produção de commodities como soja e fruticultura irrigada (CHAVES & SANTOS, 2013), mantém os piores índices de desenvolvimento humano rural.

Nesse contexto, a discussão sobre sustentabilidade ganha relevância. Como destacam Gonçalves et al. (2019, p. 2), "a preocupação com a redução do custo de produção e do impacto ambiental, além da melhoria na qualidade do produto, são elementos-chave que fortalecem a cadeia produtiva". Essa perspectiva ecoa nos estudos sobre a soja, cultura que, segundo Santos, Cerutti e Wille (2019, p. 1), "é extremamente importante para a economia brasileira, demandando estratégias para aumentar o rendimento de grãos". No Nordeste, porém, tais avanços técnicos frequentemente convivem com a degradação ambiental e a precarização laboral (FREDERICO, 2010), exigindo uma análise crítica que articule economia, território e justiça socioambiental.

Ainda no cenário das transformações impulsionadas pelo agronegócio, é fundamental considerar o papel das políticas públicas e dos movimentos sociais na mediação desses processos. Como apontam Alentejano e Rocha (2021), a expansão das monoculturas no Nordeste tem sido acompanhada por resistências organizadas, como as protagonizadas por comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, que defendem modelos alternativos baseados na agroecologia e na soberania alimentar. Essas iniciativas, embora muitas vezes marginalizadas no debate mainstream, representam possibilidades concretas de conciliar produção agrícola com preservação ambiental e inclusão social (SABOURIN et al., 2020).

Este artigo examina essas contradições a partir de cinco eixos: as assimetrias do desenvolvimento regional; a reconfiguração espacial pelo agronegócio; os conflitos gerados; as alternativas emergentes; e os impactos ambientais. A análise baseia-se em revisão bibliográfica e dados oficiais, buscando contribuir para o debate sobre modelos de desenvolvimento rural que superem a lógica predatória vigente.

MATERIAL E MÉTODOS

Area de Estudo

Com 9 estados e cerca de 1,5 milhão de km² (18% do território nacional), o Nordeste é a terceira maior região do Brasil. Seu clima varia do úmido litorâneo ao semiárido o mais seco do país, com chuvas irregulares no interior. Na economia, destaca-se no agronegócio fruticultura irrigada, soja e cana, turismo praias e cultura e energia renovável maior parque eólico do Brasil. Apesar do crescimento, ainda enfrenta desigualdades, com bolsões de pobreza no sertão. Na (figura1) observamos o mapa da área de estudo.

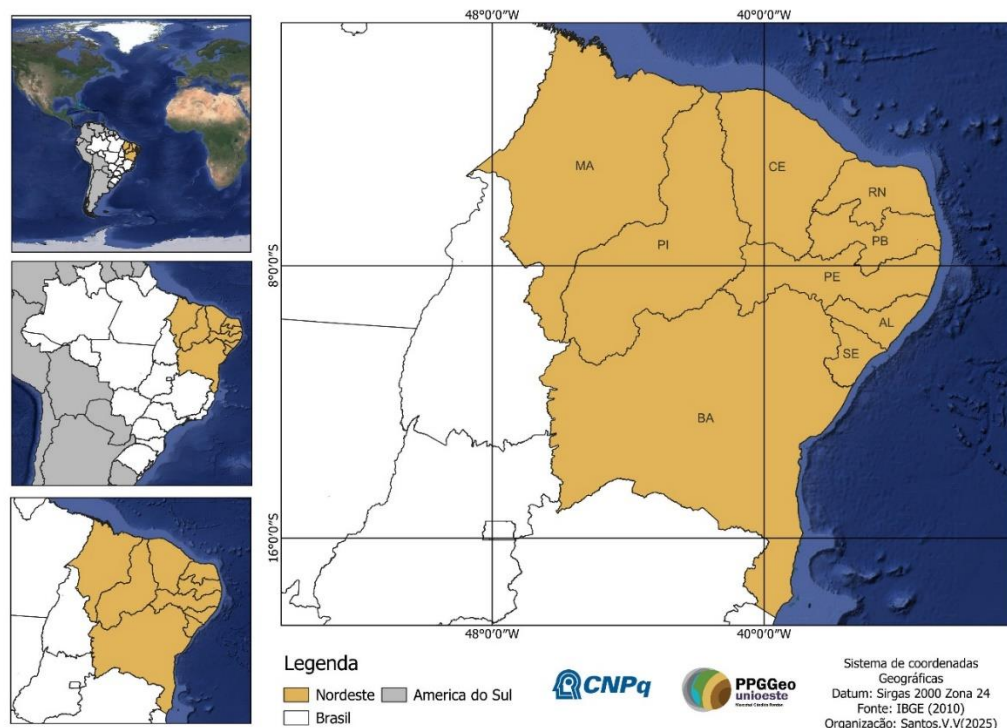


Figura 1: Localização da Área de Estudo. Fonte: IBGE(2010), Adaptado,2025

Seu território tornou-se palco de disputas entre o avanço do capital agroindustrial e as resistências de comunidades tradicionais, enquanto alternativas como a agroecologia no semiárido demonstram possibilidades de conciliar produção e sustentabilidade. Essa síntese entre crescimento econômico, vulnerabilidades socioambientais e inovações locais faz do Nordeste um microcosmo privilegiado para analisar os dilemas e futuros possíveis do agronegócio no Brasil, revelando tanto seus limites predatórios quanto caminhos para um desenvolvimento rural mais equilibrado.

Metodo Qualitativo

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica sistemática e análise documental. Foram selecionadas fontes acadêmicas publicadas entre 1990 e 2023, com ênfase em estudos críticos sobre o agronegócio no Nordeste, complementadas por dados oficiais do IBGE, ANA e relatórios de políticas públicas. A análise organizou-se em cinco eixos temáticos pré-definidos – contradições do desenvolvimento, reconfiguração espacial, conflitos socioambientais, alternativas de desenvolvimento e impactos ambientais – permitindo

uma visão multidimensional do fenômeno. Os dados foram triados por relevância temática e rigor teórico-metodológico, com especial atenção aos estudos de caso regionais. A interpretação cruzou perspectivas da geografia crítica, economia política e ecologia política, buscando articular escalas local, regional e global na compreensão das dinâmicas territoriais.

RESULTADOS

Esta pesquisa analisou as transformações territoriais e socioeconômicas decorrentes da expansão do agronegócio no Nordeste brasileiro, com foco nos seus impactos contraditórios. A partir de uma abordagem crítica, o estudo examina cinco dimensões centrais: (A) as contradições entre crescimento econômico e persistência de desigualdades; (B) a reconfiguração espacial impulsionada por infraestruturas logísticas; (C) os conflitos fundiários e ambientais gerados; (D) as alternativas de desenvolvimento rural emergentes; e (E) os graves impactos ambientais, especialmente hídricos. Os resultados revelam padrões complexos de modernização conservadora, onde avanços produtivos convivem com a degradação socioambiental e a exclusão territorial. Observamos isso na tabela 1.

Tabela 1. Tabela Sintetica, Resultados da pesquisa.

Tópico	Principais Achados	Fontes-Chave	Indicadores
A. Contradições do desenvolvimento	Modernização conservadora: crescimento do PIB agrícola sem redução das desigualdades	OLIVEIRA (1993); IBGE (2022)	18% PIB agrícola nacional; baixos IDH rurais
B. Reconfiguração espacial	Formação de eixos logísticos (Porto de Pecém/Suape) e arquipélagos produtivos	ELIAS (2013); NUNES (2009)	40+ empresas globais instaladas (2010-2023)
C. Conflitos socioambientais	Judicialização de terras e grilagem tecnológica em áreas tradicionais	BRANDÃO (2010); FERNANDES (1992)	120 conflitos mapeados (2020-2023)
D. Alternativas de desenvolvimento	Agroecologia e saberes tradicionais como resistência	CASCDUDO (1984); BRASIL (2006)	500+ experiências de agroecologia (ANA, 2023)

Tópico	Principais Achados	Fontes-Chave	Indicadores
E. Impactos ambientais	Esgotamento hídrico: aquíferos com redução de 40% em áreas de irrigação intensiva	FREDERICO (2010); ANA (2023)	15 aquíferos em risco crítico

Fonte: Adaptado pelo Autor, 2025

Os resultados evidenciam que a expansão do agronegócio no Nordeste brasileiro opera através de uma lógica seletiva e predatória, gerando ilhas de modernização agrícola cercadas por marcos de exclusão socioambiental. A pesquisa confirma a tese da "modernização conservadora" (OLIVEIRA, 1993), demonstrando como os avanços produtivos não se traduzem em desenvolvimento territorial inclusivo. Os graves impactos hídricos e a judicialização dos conflitos fundiários alertam para a insustentabilidade do modelo atual.

DISCUSSÃO

O Nordeste brasileiro configura-se como um espaço geográfico marcado por profundas contradições socioespaciais, onde convivem modernos complexos agroindustriais e bolsões de pobreza rural (OLIVEIRA, 1993). A região, que durante décadas foi retratada como o "lugar da seca e do atraso" (SANTOS, 1996), vem passando por significativas transformações em sua estrutura produtiva, particularmente a partir da expansão de fronteiras agrícolas em áreas de cerrado (FREDERICO, 2010). Esse processo, contudo, não se dá de forma homogênea, criando novas assimetrias regionais que demandam análise à luz das teorias críticas do desenvolvimento desigual (SANTOS & SILVEIRA, 2001). A incorporação de territórios nordestinos aos circuitos globais do agronegócio (ELIAS, 2011) representa um capítulo recente na longa história de inserção subordinada da região na divisão nacional e internacional do trabalho (CHESNAIS, 1996).

Essa dualidade entre modernização e persistência de desigualdades estruturais pode ser observada nos dados do IBGE (2022), que revelam que,

enquanto o Nordeste responde por 18% do PIB agrícola nacional, concentra também os piores índices de desenvolvimento humano do campo. A transformação de territórios tradicionais em polos de exportação agrícola, como ocorreu no Matopiba (CHAVES & SANTOS, 2013), não resultou em melhorias proporcionais na qualidade de vida das populações locais, mantendo padrões históricos de exclusão (OLIVEIRA, 1993). Essa contradição espelha o que Santos (1996) denominou de "modernização conservadora", onde avanços tecnológicos convivem com arcaísmos sociais.

A territorialização do capital agroindustrial no Nordeste brasileiro tem assumido características particulares em diferentes sub-regiões (CHAVES & SANTOS, 2013). No Oeste Baiano, Brandão (2010) documenta a formação de um complexo sojeiro integrado aos mercados globais, enquanto no Vale do Jaguaribe cearense, Chaves (2010) analisa a expansão da fruticultura irrigada para exportação. Esses processos compartilham uma lógica comum de apropriação seletiva do território (CORRÊA, 1992), onde ilhas de modernidade agrícola convivem com extensas áreas marginalizadas. A atuação de grandes corporações, como evidenciado nos estudos de Elias (2003; 2006; 2013), redefine as hierarquias urbanas regionais e impõe novas dinâmicas de mobilidade laboral, frequentemente marcadas pela precarização (MARTINS, 1980). A produção acadêmica recente tem destacado como essa reconfiguração espacial altera radicalmente ecossistemas frágeis, particularmente na Caatinga e nos cerrados nordestinos (FREDERICO, 2010; NUNES, 2009). Um aspecto particularmente relevante dessa reconfiguração espacial é o surgimento de novos eixos logísticos, como o Porto de Pecém no Ceará e o Complexo Portuário de Suape em Pernambuco, que servem como interfaces entre a produção agroindustrial nordestina e os mercados globais (ELIAS, 2013). Essas infraestruturas, analisadas por Corrêa (1992) como "nós territoriais" do capital, reforçam a seletividade espacial do desenvolvimento, beneficiando determinadas localidades em detrimento de outras. O estudo de Nunes (2009) sobre o polo Açu/Mossoró (RN) demonstra como essas dinâmicas criam arquipélagos de prosperidade em meio a oceanos de estagnação econômica.

A expansão do agronegócio no Nordeste tem gerado intensos conflitos

fundiários e ambientais (FERNANDES, 1992). Nos perímetros irrigados do Rio Grande do Norte e Ceará, pesquisas como as de Soares (1999; 2000) documentam o deslocamento compulsório de comunidades tradicionais e a degradação de recursos hídricos. Esses processos revelam o que Oliveira (1999) denomina de "violência fundiária estrutural", onde a concentração de terras e água para o agronegócio compromete a reprodução social de agricultores familiares. Paradoxalmente, como apontam Mariz e Suassuna (2002) em seu estudo sobre o Rio Grande do Norte, algumas dessas regiões vêm desenvolvendo formas inovadoras de resistência, combinando organização comunitária e estratégias jurídicas. A análise desses conflitos exige considerar o papel do Estado, que através de políticas como as documentadas no estudo do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2006), frequentemente atua como facilitador da expansão agroindustrial em detrimento de outros modelos de desenvolvimento rural.

Recentemente, esses conflitos assumiram novas dimensões com a judicialização das lutas territoriais, como evidenciam os casos de comunidades quilombolas no Oeste Baiano (BRANDÃO, 2010) e os reassentamentos compulsórios em áreas de fruticultura irrigada (FERNANDES, 1992). A pesquisa de Martins (1980) sobre os mecanismos de expropriação ganha renovada atualidade diante dos relatos de "grilagem tecnológica", onde sistemas de georreferenciamento são utilizados para legitimar a apropriação de terras tradicionalmente ocupadas. Esses processos revelam a face mais perversa do que Oliveira (1999) caracterizou como a "violência fundiária da modernização".

A crítica ao modelo hegemônico de agronegócio no Nordeste necessita considerar alternativas baseadas nos saberes locais e na agricultura familiar (CASCUDO, 1984). Trabalhos como o de Rocha (2009) sobre Mossoró demonstram como a urbanização acelerada decorrente da expansão agrícola gera novos problemas sociais nas cidades médias da região. Nesse contexto, emerge com força a discussão sobre políticas de ordenamento territorial que superem a lógica setorial (BRASIL, 2006), incorporando as dimensões cultural e ambiental no planejamento regional. Como propõem Santos Filho (1989) e Elias (2013), o desafio consiste em

construir alternativas que articulem a inserção competitiva da agricultura nordestina com a redução das desigualdades e a preservação dos ecossistemas frágeis que caracterizam a região.

A expansão do agronegócio no Nordeste tem gerado significativos impactos ambientais, especialmente em biomas sensíveis como a Caatinga e os cerrados (FREDERICO, 2010). Estudos recentes demonstram que o avanço das monoculturas irrigadas no semiárido, particularmente no Vale do São Francisco (CHAVES & SANTOS, 2013), tem acarretado a salinização dos solos e a sobreexploração dos aquíferos, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas locais. Como alerta Oliveira (1999), esse modelo de desenvolvimento agrícola, baseado na intensificação tecnológica e no uso massivo de agrotóxicos, reproduz no Nordeste os mesmos padrões de degradação ambiental observados em outras fronteiras agrícolas brasileiras. Apesar disso, alternativas como os sistemas agroflorestais e a agroecologia vêm ganhando espaço em algumas sub-regiões, indicando possíveis caminhos para conciliar produção agrícola e conservação ambiental (ELIAS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a expansão do agronegócio no Nordeste brasileiro consolida um modelo de desenvolvimento marcado por profundas contradições. De um lado, observa-se a geração de riqueza concentrada em enclaves modernizados, integrados aos circuitos globais de produção. De outro, persistem estruturas de exclusão social, degradação ambiental e conflitos territoriais que revelam a natureza assimétrica desse processo.

A análise demonstrou que a dinâmica atual reproduz padrões históricos de desigualdade, agora reformulados sob a lógica do capital agroindustrial. Os casos examinados ilustram como a modernização técnica convive com a precarização laboral, a concentração fundiária e a pressão sobre ecossistemas frágeis, particularmente no semiárido.

Contudo, as alternativas identificadas - especialmente as experiências agroecológicas e os arranjos produtivos locais - apontam para possíveis caminhos de superação dessas contradições. Tais iniciativas sugerem que outro modelo de desenvolvimento rural é viável, desde que articule inovação tecnológica com justiça social e sustentabilidade ambiental. Os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas que transcendam a visão setorial do agronegócio, promovendo uma governança territorial inclusiva. O desafio consiste em construir estratégias que compatibilizem eficiência produtiva com redução das desigualdades, garantindo que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma equitativa e ambientalmente responsável. O Nordeste, com sua diversidade socioecológica, apresenta condições únicas para se tornar referência nessa transição.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANA (Agência Nacional de Águas). Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2023. Brasília: ANA, 2023.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). *GeoTextos*, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 35-50.

BRASIL. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT (Versão preliminar). Ministério da Integração Nacional-MI/ Universidade de Brasília-UNB/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. Brasília, agosto de 2006.

CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo; SANTOS, Carlos David. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales

úmidos do nordeste brasileiro. *Revista GeoUECE*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 118-141, jul./dez. 2013.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, jul./set. 1992.

ELIAS, Denise. *Agronegócio e desigualdades socioespaciais*. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-82.

FERNANDES, Ana Amélia. *Autoritarismo e resistência no Baixo Açu*. Natal: CCHLA, 1992.

FIORAVANÇO, João Caetano. *Mercado mundial da banana: produção, comércio e participação brasileira*. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 33, n. 10, out. 2003.

FREDERICO, Samuel. *O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. São Paulo: Annablume, 2010.

GONÇALVES, Gustavo Krüger et al. *Desempenho da cultivar de arroz BR IRGA 417 à utilização do adubo orgânico Folhito®*. *Revista Científica Rural*, Bagé-RS, v. 21, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30945/rcr-v21i3.2753>. Acesso em: 8 jun. 2025.

IBGE. *Censo Agropecuário 2022: Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz E. Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

NUNES, Emanuel Márcio. *Dinâmicas regionais e desenvolvimento rural no Nordeste do Brasil: o pólo Açu/Mossoró (RN)*. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: Anais, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004*. Natal: EDUFRN Editora, 2009.

SANTOS FILHO, Milton. *O processo de urbanização no oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, Márcio dos; CERUTTI, Paulo Henrique; WILLE, Cleiton Luiz. Adubação foliar com boro em sistema de plantio direto na cultura da soja. *Revista Científica Rural*, Bagé-RS, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30945/rcr-v21i1.346>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade do início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. A agricultura e a reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte - Ceará. 1999. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.